

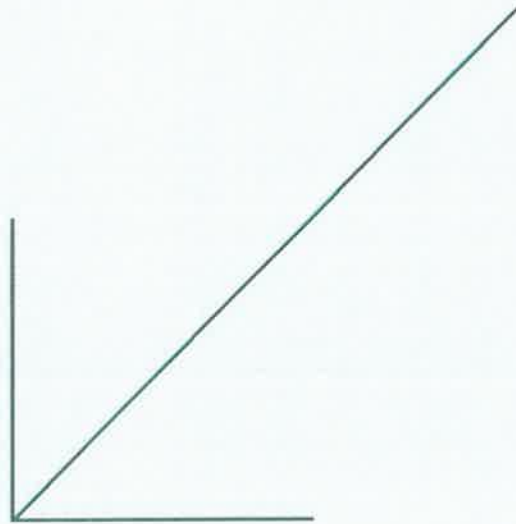


Porti, parati, contigo!



AMBIENTE EM SA · GUIMARÃES

índice



05	A empresa
06	Missão, visão e valores
08	Ação estratégica e políticas
10	Organograma
12	Orgãos sociais
13	Áreas de serviço e evolução da atividade
28	Situação económica e financeira
34	Perspetivas futuras
36	Proposta de apresentação de resultados
37	Anexo ao relatório de gestão
38	Demonstrações financeiras
43	Anexo às demonstrações financeiras
70	Certificação legal de contas
73	Relatório e Parecer do Fiscal Único

Por ti, para ti, contigo!

Compromisso e
organização na eficiência



A Vitrus Ambiente

Atua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável.

A VITRUS AMBIENTE, EM, SA enquadra-se no regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais [Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto]. Rege-se, também, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, pelo Estatuto do Gestor Público e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

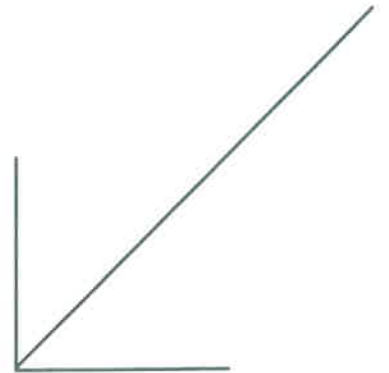
Constituída por escritura pública em 8 de setembro de 2010 e com início da sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano, a VITRUS assume, por delegação de competências do município, a gestão de serviços de interesse geral nas seguintes áreas: 1) Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, nomeadamente na recolha e transporte a destino final de Resíduos Urbanos e Limpeza de Instalações e de Espaços Públicos; 2) Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano, em particular nos parques públicos e zonas de estacionamento de duração limitada [ZEDL]; 3) A manutenção dos equipamentos infantis instalados nos espaços de jogo e recreio integrados nas escolas e espaços públicos; 4) O transporte de passageiros flexível (TPF), aplicável a situações em que exista uma baixa procura na utilização do transporte público regular ou quando esse transporte ou o transporte em táxi não responda às necessidades dos cidadãos, como em regiões de baixa densidade populacional, ou em períodos noturnos ou de fim de semana.

Atua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável, desde a sua criação e início de atividade.



—

Missão Visão Valores

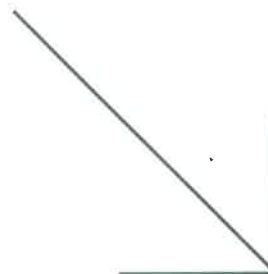


Pretendemos ser **uma organização de referência local e nacional** nas áreas onde atuamos

A **VITRUS** tem como missão a prestação de um serviço público de qualidade como referência e tomando como base orientadora os princípios básicos da gestão: elevada eficácia e eficiência.

Pretendemos ser uma organização de referência nas áreas onde atuamos e ambicionamos ser reconhecidos pela nossa capacidade de adaptação às constantes mudanças.

A **VITRUS** assenta toda a sua ação nos seguintes valores:



Veracidade

As ações e decisões serem sempre exatas e verdadeiras;

Inovação

Com a intenção de criar valor onde atua e naquilo que faz;

Transparência

Ligação clara e inequívoca na relação com os *stakeholders*;

Responsabilidade

Assumir as funções e as implicações das respetivas ações;

Utilidade

Sentir que as funções que desempenha são importantes e imprescindíveis;

Sustentabilidade

Priorizar as necessidades em função dos recursos disponíveis;

An aerial photograph of a dense, green forest. A paved road with white lane markings winds through the trees. A white car is visible on the road. A white geometric line, consisting of a vertical segment, a horizontal segment, and a diagonal segment, is overlaid on the upper left portion of the image.

Ação estratégica e Políticas

A proteção do ambiente e a **qualidade de vida dos nossos munícipes são um pilar basilar no exercício das nossas funções**, apostando continuamente em diversos projetos e iniciativas.

Assente nos valores, em todas as ações que concretiza, a **VITRUS** pauta sempre o seu trabalho com um grande sentido de responsabilidade, exigência e rigor, tornando assim o seu crescimento sustentado e alicerçado em premissas sólidas e perenes.

Ao longo dos 14 anos ao dispor da comunidade, a VITRUS tem-se pautado por prestar um serviço útil e de qualidade, sempre com o propósito de continuar a obter níveis elevados de eficácia e eficiência com o foco no crescimento contínuo e sustentável. O constante avanço e otimização dos equipamentos, serviços e recursos são os principais meios usados para atingir a satisfação cada vez maior e de forma mais distinta da comunidade que servimos, em primeiro lugar, mas também do município, dos fornecedores e dos colaboradores.

A **VITRUS** destaca cada vez mais o papel relevante da economia circular em detrimento da economia linear. A proteção do ambiente e a qualidade de vida dos nossos munícipes são um pilar basilar no exercício das nossas funções, apostando continuamente em diversos projetos e iniciativas.

Organograma



2
7.



Comunicação



Recursos
Humanos



Transporte
de Passageiros
Flexível



Qualidade

**Conselho de
Administração**



Espaços
Verdes



Administrativo
e Financeiro



Mobilidade



Higiene
Urbana



Limpeza
de Edifícios



Guarda-rios
e Fiscalização
Ambiental



Manutenção

Assembleia geral



Sofia Ferreira
Presidente da Mesa
da Assembleia Geral



Ana Rita Oliveira
Secretária da Mesa
da Assembleia Geral

Conselho de administração



Sérgio Castro Rocha
Presidente do Conselho
de Administração



João Pedro Castro
Administrador
Executivo



Maria José Martins
Administradora
não Executiva

Fiscal Único

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

Capital Social e Prestações Suplementares

Capital Social de 255.343,00 Euros em 255.343 ações
de valor nominal de 1,00 Euro.

Acionista

Município de Guimarães: 255.343 ações

Orgãos sociais

Áreas de serviço e evolução da atividade

Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público e Transporte de Passageiros Flexível (TPF)

No ano de 2024, a atuação **VITRUS**, de acordo com o estabelecido no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, centrou-se, maioritariamente, em três grandes serviços de interesse geral: **Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público e Transporte de Passageiros Flexível (TPF)**.

O primeiro serviço – Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública – desagrega-se em: I) Recolha e Transporte de Resíduos Indiferenciados; II) Gestão e Operacionalização do Sistema PAYT no Centro da Cidade de Guimarães e III) Limpeza de Vias e Espaços Públicos.

O segundo serviço – Mobilidade – Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público – desagrega-se em: I) Parques Públicos e II) Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.

O terceiro serviço é referente ao Transporte de Passageiros Flexível (TPF) que se caracteriza pela adaptabilidade às necessidades dos utilizadores, permitindo a flexibilidade de, pelo menos, uma das dimensões da prestação do serviço: ou os itinerários, ou os horários, ou as paragens, ou a tipologia do veículo rodoviário utilizado. Aplica-se a situações em que exista uma baixa procura na utilização do transporte público regular ou quando esse transporte ou o transporte em táxi não responda às necessidades dos cidadãos.

Uma outra atividade onde a empresa atua, tratando-se do **quarto serviço**, é a Limpeza de Edifícios Públicos, todos eles com a responsabilidade e gestão direta da Câmara Municipal de Guimarães. Este serviço está contratualizado através de contrato de prestação de serviços, comumente designado “*in house*”.

O quinto serviço, resultante do alargamento do espetro da área de atuação da empresa, trata-se do Serviço de Manutenção que, de entre os diversos serviços, atua na limpeza e manutenção dos equipamentos infantis instalados nos espaços de jogo e recreio integrados nas escolas e espaços públicos, que estão sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Guimarães.





01

Higiene urbana

Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública

Por fazer parte da génese da empresa, este serviço é muito importante, visível e aquele que constitui a parte mais representativa da sua estrutura. É de grande importância garantir que a VITRUS assegure as melhores condições de higiene urbana e pública aos munícipes e garantir que o serviço é prestado de forma competente e célere.

As vertentes de atuação enquadradas neste serviço de interesse geral, representaram cerca de 74% da totalidade dos rendimentos da empresa.

// Recolha e transporte de resíduos urbanos indiferenciados

As condições máximas de salubridade pública do município são o objetivo principal da VITRUS.

Em 2024 continuamos a investir em equipamentos que servem melhor não só a comunidade onde atuamos, como também os nossos colaboradores.

Como resultado deste investimento, foi possível recolher mais de 23,8 mil toneladas de resíduos urbanos contentorizados, bem como alargar o nosso espaço geográfico de atuação. Em 2024, fomos responsáveis pela gestão de 590 contentores de resíduos indiferenciados espalhados pelo município. Continuamos ainda a proceder à manutenção e higienização de todos os equipamentos já instalados e assim promover uma melhor imagem dos contentores de resíduos, da zona envolvente e da empresa, bem como promover uma utilização responsável e correta dos mesmos.

Em 2024, a VITRUS recolheu, no total, 39.415,70 toneladas de resíduos indiferenciados, o que corresponde a 80,5% dos resíduos indiferenciados recolhidos em todo o município.

Para otimizar os nossos serviços não apenas na execução das tarefas no terreno, mas também na recolha e análise da informação, queremos continuar a dotar as viaturas de recolha e transporte com soluções tecnológicas que nos permitam atingir esses objetivos e, assim, tornar o nosso serviço cada vez mais eficiente e rigoroso.

O principal objetivo do sistema “*Pay-as-you-throw*” é **responsabilizar o utilizador pela quantidade de resíduos produzidos**

// Recolha e transporte de resíduos volumosos [monstros] e resíduos verdes

“Monstros” é o nome mais comum usado para designar resíduos volumosos. Estes são todos os resíduos que, devido às suas dimensões ou volume, não podem ser depositados em ecopontos ou contentores e também não podem ser transportados por um camião de recolha comum. Os resíduos verdes tratam-se de sobrantes, provenientes maioritariamente de utilizadores domésticos, que pelas suas características podem ser valorizados e reencaminhados como recursos. A **VITRUS** está responsável pelo transporte gratuito de resíduos volumosos, na maioria das freguesias, e dos resíduos verdes na integridade do concelho de Guimarães, desde o ponto de recolha até ao Ecocentro, de acordo com um agendamento prévio e a colocação dos mesmos na via pública.

// Gestão e operacionalização do sistema PAYT no centro histórico de Guimarães

A recolha e gestão dos resíduos no Centro Histórico e área adjacente é diferente do resto do concelho. Desde 2016 que a implementação da tarifa PAYT (*Pay-As-You-Throw*) é um projeto pioneiro em Portugal e assenta no conceito de poluidor-pagador. Isto é, de acordo com esta tarifa, o utilizador paga apenas o lixo que produzir através da aquisição de sacos autorizados para a deposição de resíduos indiferenciados. Existe uma relação direta entre a produção e o pagamento de resíduos, logo, quanto mais separar, mais vai poupar. O propósito é incentivar os municípios a refletirem sobre a quantidade de resíduos que produzem e apoiar a adoção de hábitos mais sustentáveis, como o da separação. São recolhidos diariamente, os resíduos colocados à porta de cada estabelecimento ou habitação.

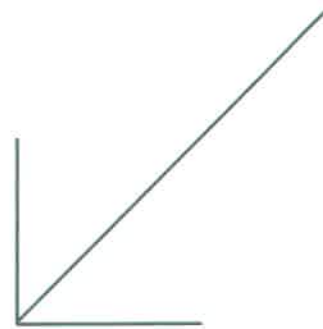
O principal objetivo do sistema “*Pay-As-You-Throw*” é responsabilizar o utilizador pela quantidade de resíduos produzidos, para que sejam cumpridas as seguintes metas:

- I. Diminuir a quantidade de resíduos produzidos;
- II. Diminuir a quantidade de resíduos encaminhados para aterro;
- III. Aumentar a quantidade de resíduos da recolha seletiva.

Estas metas vão de encontro às Diretivas Europeias e ao objetivo de tornar Guimarães “mais verde”. Assim no ano de 2019, iniciou-se o alargamento do projeto PAYT à área adjacente ao Centro Histórico, incluindo por exemplo, Alameda São Dâmaso, Largo do Toural, Rua Santo António, Rua Gil Vicente, entre outras. Nestas ruas os utilizadores começaram a usufruir do mesmo sistema de gestão e recolha de resíduos.



No ano de 2024,
**aumentamos a
quantidade de
resíduos urbanos
recolhidos**
na zona PAYT.



Em 2022 iniciou-se a recolha de biorresíduos, no âmbito do projeto RRRICLO, tendo por base o Plano de Gestão de Biorresíduos Guimarães 2030, que define uma estratégia para a diminuição da produção de resíduos na fonte capaz de promover a compostagem caseira e comunitária, que mobilize todos os agentes, nomeadamente a restauração, hotelaria, a comunidade escolar, lares, residências, hospitais e a população em geral. A primeira zona de implementação deste projeto foi o Centro Histórico intramuros, sendo que, no ano de 2023, foi alargada a esfera de atuação do projeto para os canais HORECA e numa fase posterior aos cemitérios das freguesias. Em 2024, foi dada continuidade à implementação deste projeto com a sensibilização, auscultação e posterior implementação em novos estabelecimentos e entidades.

No ano de 2024, aumentamos a quantidade de resíduos urbanos recolhidos na zona PAYT. A taxa de resíduos seletivos recolhidos foi igual a 83,6 %. Da taxa de resíduos seletivos é apresentado um valor de 10,5% referente a resíduos de vidro, em relação a resíduos de papel e cartão um valor percentual de 17,7% e de resíduos de embalagens de plástico e metal um valor igual a 8,4%. De acrescentar que os restantes 63,3% dizem respeito a resíduos orgânicos.

De uma forma global, recolhemos mais de 3,4 mil toneladas de resíduos urbanos (seletivos e indiferenciados) no Centro Histórico e área de alargamento.

Devido aos resultados extremamente positivos, prevê-se continuar a alargar o projeto por fases, designadamente às restantes freguesias do concelho.

// Limpeza de vias e espaços públicos

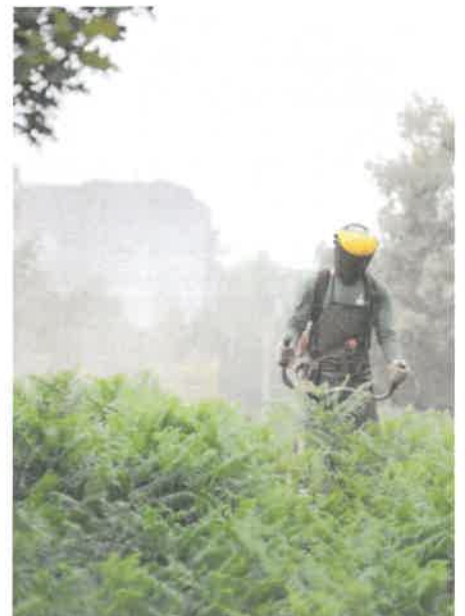
A **VITRUS** está responsável pela manutenção de vários espaços verdes e de vias públicas em Guimarães. Este serviço consiste no corte de ervas no passeio e em beirados de terrenos públicos e na desmatagem e manutenção de áreas verdes. Este serviço contempla a limpeza contínua e programada de caminhos públicos e espaços verdes, distribuídos pelos seguintes locais: Rota da Citânia, Rota de São Torcato, Rota da Penha, Caminho Real, Ciclopista, Ciclovia, Rota da Biodiversidade da Penha, as escolas do concelho e, também, a renaturalização dos corredores verdes (Ecovia do Ave, Selho e Vizela).

A limpeza das faixas de gestão combustível trata-se de um serviço obrigatório que reforça as medidas de defesa da floresta contra incêndios, por forma a garantir a segurança de pessoas e bens.

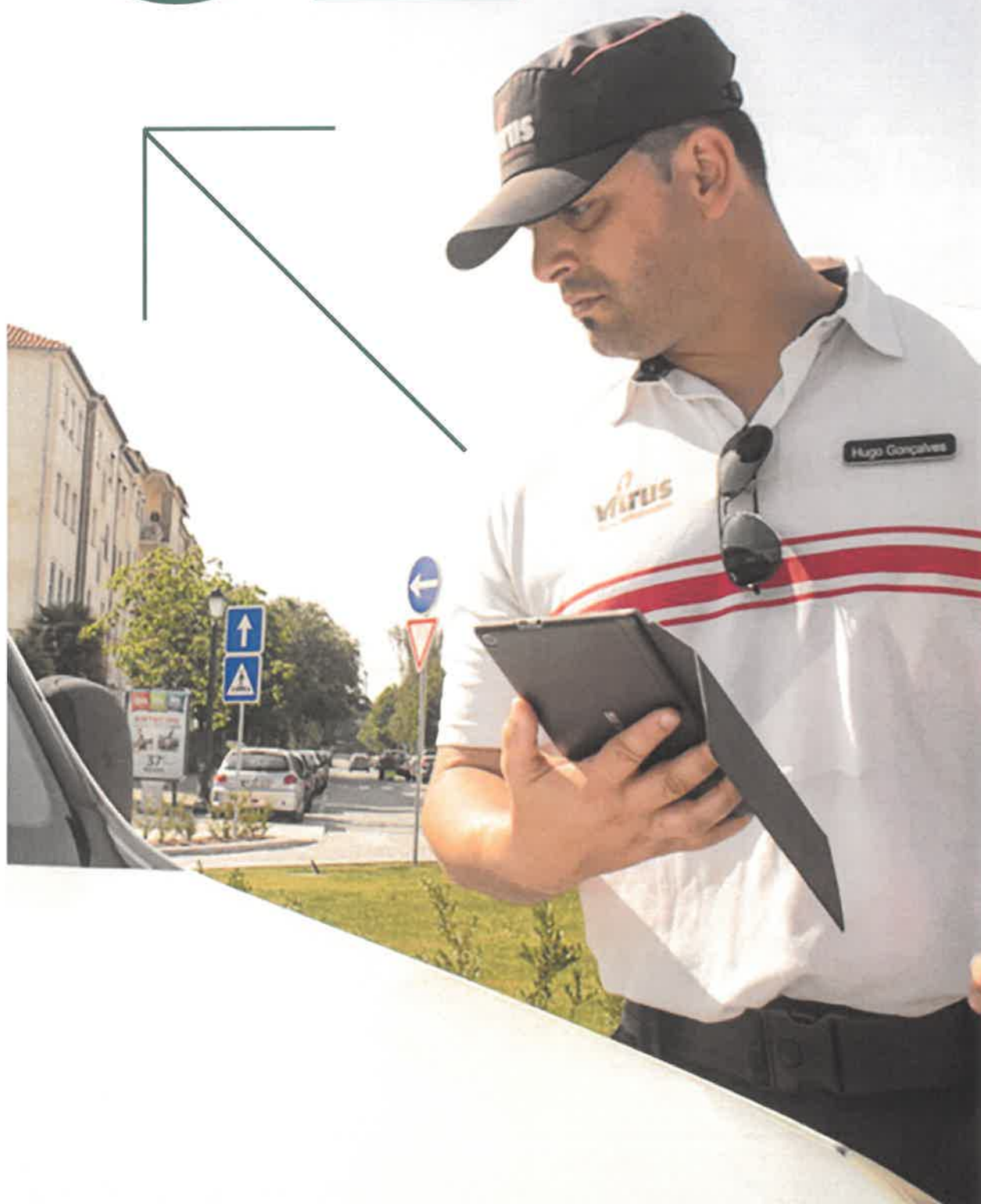
Trata-se de um serviço da responsabilidade da **VITRUS** que efetua a limpeza de 295 hectares de faixas de gestão de combustível em várias zonas do concelho de Guimarães, limpando e cortando, de forma seletiva, 10 metros adjacentes à rede viária, seguindo as regras estipuladas na Lei.

Para além da manutenção de espaços verdes, a **VITRUS** assegura a limpeza do Centro Histórico. Prestamos diariamente serviços de varredura manual e automática, de lavagem através de equipamentos de alta pressão, sopradores, recolha de lixo dos passeios, de chicletes (Papa-Chicletes) e pontas de cigarros (Eco-Pontas) e manutenção das papeleiras, sempre de acordo com as necessidades.

A limpeza das
faixas de gestão
combustível
trata-se de um
**serviço obrigatório
que reforça as
medidas de defesa
da floresta**



02





02

Estacionamento público

Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público

A mobilidade urbana é, cada vez mais, um assunto urgente e na ordem do dia. As cidades estão a tornar-se cada vez mais lotadas, não apenas devido ao grande número de pessoas que migram diariamente para os seus trabalhos. Guimarães tem vindo a verificar dois fenómenos que dificultam a mobilidade:

1. o grande aumento de oferta de mercado, quer de lojas, restaurantes, espaços culturais ou de lazer, que trazem cada vez mais público ao centro da cidade, em diversas alturas do dia;

2. o aumento vertiginoso de turismo e do consequente crescimento de alojamentos no centro da cidade para dar resposta à procura. Estes fatores conjugados resultam num constante esgotamento de espaço público livre para o estacionamento das viaturas.

A **VITRUS** é a entidade responsável pela gestão do estacionamento público na cidade e tem como propósito melhorar a mobilidade urbana através de soluções justas, eficientes e adequadas às necessidades dos condutores. Existe este compromisso até, pelo menos, 31 de dezembro de 2030, data em que termina o contrato-programa, entre o Município e a VITRUS, que define a implementação, na cidade, de soluções de estacionamento adequadas e inovadoras.

// Parques públicos

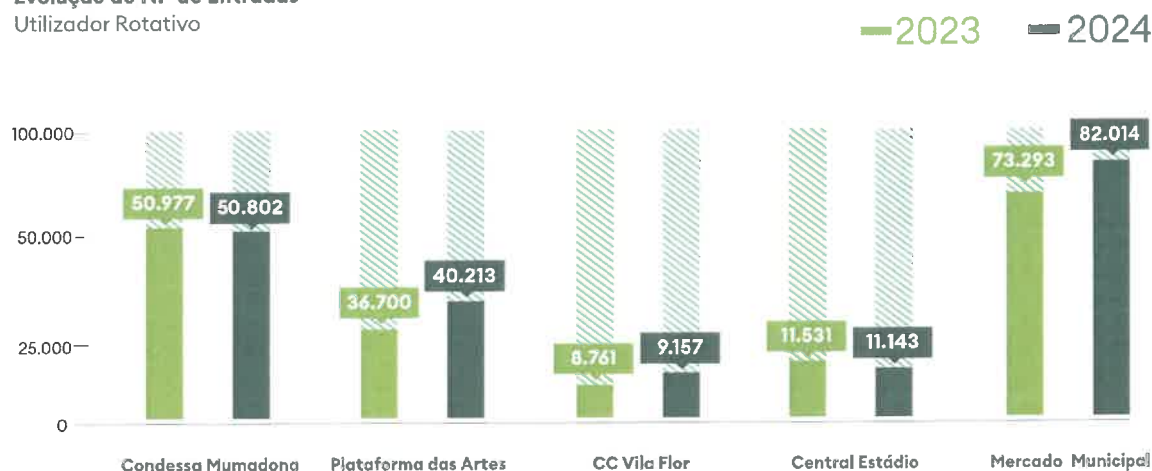
A VITRUS, no ano de 2024, geriu cinco parques públicos localizados no centro de Guimarães, o que perfaz um total de 800 lugares de estacionamento. Os nossos parques encontram-se abertos 24 horas, 7 dias por semana.

Este serviço permite um estacionamento sem duração limitada, em segurança e coberto.

Através da informação demonstrada no gráfico abaixo, podemos verificar que, no ano de 2024, o registo global de entradas de utilizadores rotativos nos cinco parques apresenta um valor de 193329 entradas, traduzindo-se numa variação positiva, na ordem dos sete pontos percentuais, em comparação ao período transato.

Este serviço representou cerca de 4% da totalidade dos rendimentos da empresa.

Evolução do N.º de Entradas
Utilizador Rotativo



// Zonas de Estacionamento de Duração Limitada [ZEDL]

Para além dos parques públicos, prestamos também o serviço de fiscalização das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL), ou mais comumente conhecidos por parcometros. Gerimos mais de 1440 lugares de estacionamento, distribuídos por 42 ruas do centro da cidade.

A importância das ZEDL cresce a cada dia, visto que ordenar o estacionamento na via pública promove uma circulação mais fluída e, desta forma, diminui o tráfego e problemas relacionados com o trânsito. A VITRUS tem ao dispor deste serviço treze agentes que têm como função exclusiva a fiscalização dos lugares de estacionamento tarifado fazendo cumprir o **Regula-mento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada**.

Através da experiência, continuamos a otimizar o serviço e a melhorar a nossa intervenção, sempre com o objetivo de tornar os lugares de estacionamento rotativos de acesso justo e democratizado.

Neste momento, este setor de atividade representa cerca de 10% da totalidade dos rendimentos da empresa.

03





Transporte de passageiros flexível

Iniciado em outubro 2024, o transporte de passageiros flexível caracteriza-se pela sua adaptabilidade às necessidades dos utilizadores, permitindo a flexibilidade de, pelo menos, uma das dimensões da prestação do serviço: ou os itinerários, ou os horários, ou as paragens, ou a tipologia do veículo rodoviário utilizado. Aplica-se a situações em que exista uma baixa procura na utilização do transporte público regular ou quando esse transporte ou o transporte em táxi não responda às necessidades dos cidadãos, como em regiões de baixa densidade populacional, ou em períodos noturnos ou de fim de semana.

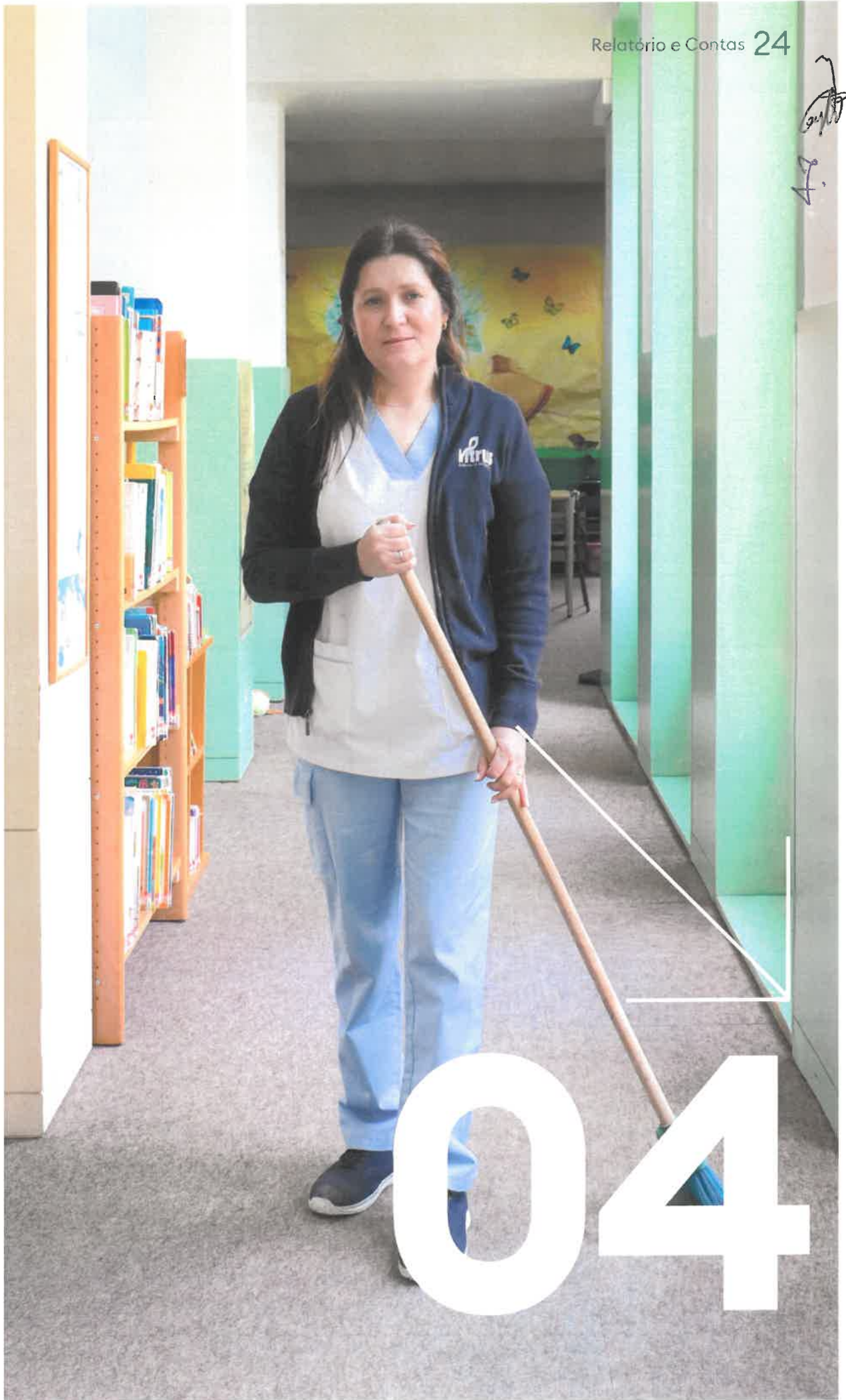
Esta solução inovadora representa um investimento total de mais de 3,5 milhões de euros, a pagar durante 10 anos, e visa complementar a rede de transporte público, suprimindo a falta de oferta em períodos de menor procura, tanto em dias úteis, nos períodos diurno e noturno, como aos fins de semana e feriados.

De acordo com o compromisso com a estratégia Guimarães 2030, que visa tornar a cidade climaticamente neutra até 2030, as viaturas utilizadas - três miniautocarros - no transporte flexível são 100% elétricas, constituindo um complemento ao investimento robusto na promoção do transporte público.

Este passo representa, assim, um avanço significativo na oferta de mobilidade inclusiva e sustentável para os habitantes de Guimarães, sublinhando a missão municipal de tornar a cidade mais acessível e ecologicamente responsável.

Este serviço representou cerca de 1% da totalidade dos rendimentos da empresa.

[Handwritten signature]
F.





Limpeza de edifícios públicos

A limpeza, por ser feita em edifícios com uma grande utilização pública diária, quer por colaboradores, quer por visitantes, **é fundamental que seja cumprida com rigor e frequência**, já que é um dos cartões de visita do nosso município.

A **VITRUS** presta serviços de limpeza de edifícios públicos e municipais, que estão sob a responsabilidade ou ocupados pela Câmara Municipal de Guimarães, que vão desde escritórios, a casas de banho públicas, balneários ou até mesmo grandes áreas como o Mercado Municipal, a Central de Camionagem, entre outros. Os nossos serviços consistem na limpeza geral do edifício como a varredura, lavagem de chão manual e mecânica, aspiração, limpeza de vidros, de mobiliário e de casas de banho de edifícios e públicas.

O ano em análise registou um crescimento considerável, quando comparamos com os dados de 2023, que muito se deve ao profissionalismo e à eficiência com que prestamos este serviço, estando a executar os trabalhos em mais de 40 edifícios.

A limpeza, por ser feita em edifícios com uma grande utilização pública diária, quer por colaboradores, quer por visitantes, é fundamental que seja cumprida com rigor e frequência, já que é um dos cartões de visita do nosso município.

Este serviço é desenvolvido por equipas constituídas de acordo com as necessidades e especificidades dos locais em causa. Os serviços esporádicos são, igualmente, analisados e adaptados à nossa capacidade de resposta quer em recursos humanos, quer em equipamentos.

Este serviço representou cerca de 9% da totalidade dos rendimentos da empresa.

05

m
26
7





05

Manutenção de equipamentos públicos

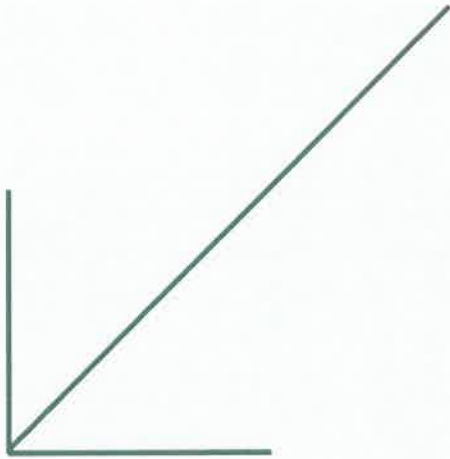
Sempre com o intuito de assegurar o melhor desempenho possível aos nossos munícipes.

A **VITRUS** presta serviços de limpeza e manutenção dos equipamentos infantis instalados nos espaços de jogo e recreio integrados nas escolas e espaços públicos, que estão sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Guimarães.

No ano de 2024 a **VITRUS** prestou os seus serviços em 107 espaços de jogo e recreio, sendo 50 nas escolas e 57 em espaços públicos, respetivamente.

A manutenção destes espaços, por serem locais de elevada utilização pública, pela população em geral, é fundamental que seja cumprida com rigor e frequência de forma a proporcionar condições de segurança na utilização dos equipamentos, assim como de limpeza e salubridade dos mesmos e é desenvolvido por equipas constituídas de acordo com as necessidades e especificidades dos locais a intervir.

De salientar que este serviço representou cerca de 2% da totalidade dos rendimentos da empresa.



Situação Económica Financeira



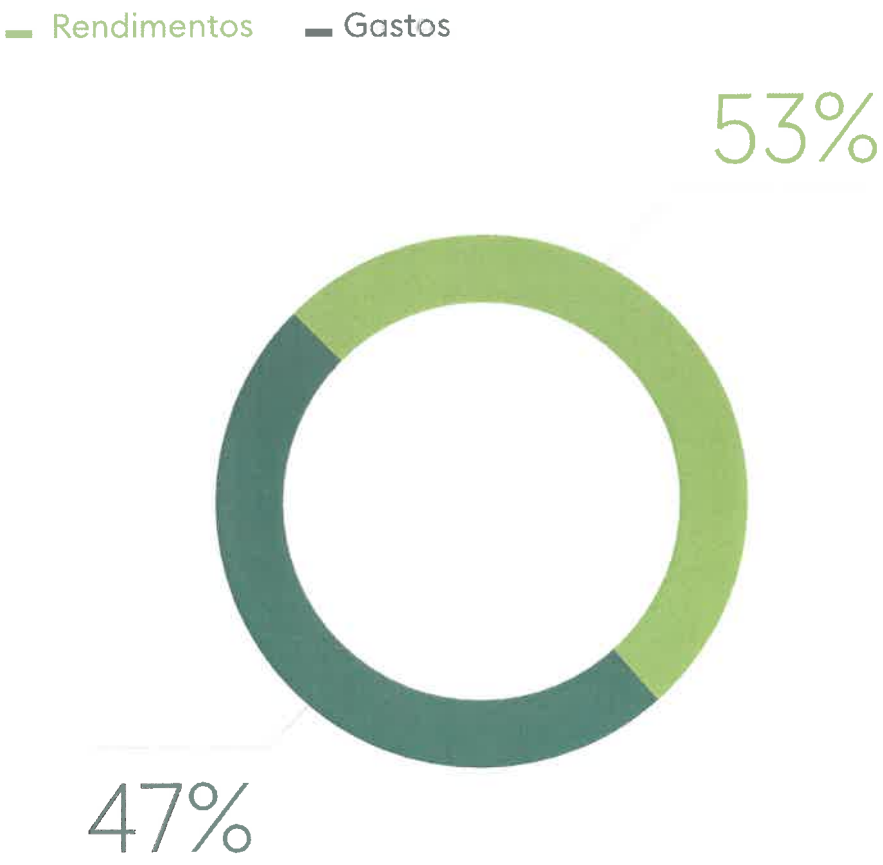
A atividade corrente da empresa continua a gerar valor!

A VITRUS no exercício do ano de 2024 apresenta um resultado líquido positivo no valor de 862.722,23 Euros [oitocentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e dois euros e vinte e três cêntimos].

// RENDIMENTOS E GASTOS

A diferença entre os rendimentos e gastos é de 1.171.641,08 Euros [um milhão cento e setenta e um mil, seiscentos e quarenta e um euros e oito cêntimos], o que significa que a atividade corrente da empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

A estrutura de rendimentos e gastos repartiu-se da forma como abaixo se representa:

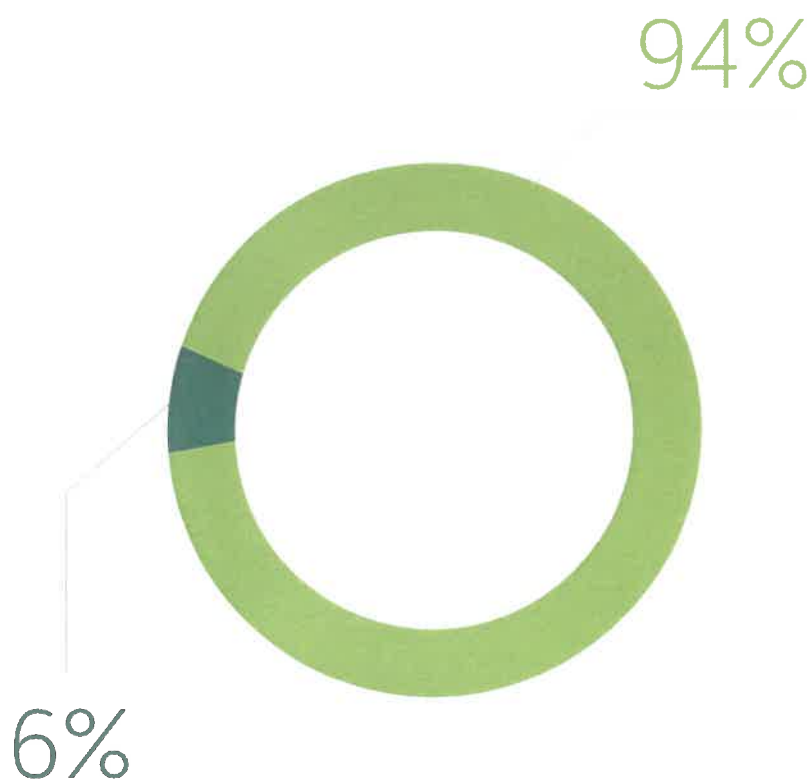


// RENDIMENTOS

Os rendimentos totalizam o valor de 10.316.054,40 Euros, sendo o volume de negócios, durante o ano de 2024, de 9.676.316,43 Euros, fruto da prestação de serviços que é efetuada através áreas de atuação que a empresa detém [Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza Pública, Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano e Manutenção de Parques Infantis].

O valor relativo de 6%, no montante de 639.737,97 Euros refere-se aos apoios a programas aprovados pelo IEFP, ao subsídio do contrato programa celebrado com o Município de Guimarães pelo serviço público de transporte rodoviário de passageiros flexível (TPF), à cobrança dos avisos de pagamento prévio e de contraordenações, no exercício da fiscalização das ZEDL, à imputação de subsídios para investimentos, às indemnizações por sinistros, entre outros não especificados.

— Prestações de serviços — Outros serviços





//GASTOS

No que diz respeito aos gastos do exercício de 2024, o valor cifrou-se nos 9.144.413,32 Euros e distribuiu-se em: **Pessoal** [5.386.112,31 Euros] com uma representação de cerca de 59%; **Fornecimento e Serviços Externos** [2.686.540,57 Euros] que representaram cerca de 29%; **Depreciações e Amortizações** [529.312,90 Euros] o equivalente a 6%; **Outros Gastos e Perdas e Juros e Gastos Similares Suportados** [357.936,90 Euros], com uma representatividade de 4% e **Perdas por Imparidade de Dívidas a Receber** [184.510,64 Euros] o equivalente a 2% dos gastos totais.

7
2024
J.

//INVESTIMENTOS

Em 2024 o valor do investimento foi de 1.679.131,44 Euros. Este investimento destinou-se à aquisição de sete viaturas pesadas de mercadorias usadas para recolha de resíduos, de uma viatura ligeira de mercadoria, três viaturas ligeiras de passageiros, três veículos pesados de passageiros 100% elétricos, quatro parquímetros, entre outros equipamentos básicos. Também se investiu 102.759,14 Euros em obras que continuam em curso na Casa de Dardos. Podemos considerar que o ano 2024 continuou a ser um ano de forte investimento para a VITRUS.

// ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em obediência ao disposto no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a entidade não é devedora em mora à Segurança Social, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024, de responsabilidades cujo pagamento se efetuou nos prazos legais.

A sociedade tem a situação regularizada perante a Autoridade Tributária.

// SÍNTESE DE INDICADORES

Demonstra-se, de seguida, alguns indicadores económico-financeiros, que nos permitem verificar a “saúde” que a empresa apresentou no ano em análise.

Indicadores	2024	2023
EBITDA	1.736.241,07 €	587.587,25 €
EBIT	1.206.928,17 €	110.772,05 €
Rendibilidade Operacional (EBITDA/VN)	17,94 %	7,51 %
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	7.071.243,31€	5.453.712,99 €
Prazo Médio de Recebimentos [dias]	53	56
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	40	50
Autonomia Financeira (CP/A)	50,74 %	56,48 %
Endividamento (P/A)	49,26 %	43,52 %
Solvabilidade (CP/P)	103,02 %	129,76 %
Liquidez Geral	1	1
Liquidez Reduzida	1	1
Rendibilidade do Capital Próprio	26,87 %	2,11%
Capital Social	255.343,00 €	255.343,00 €
Capital Próprio	3.210.840,95 €	2.394.178,91 €
Volume de Negócios Total	9.676.316,43 €	7.823.261,43 €
Investimento	1.679.131,44 €	903.429,73 €

// FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Entre a data do Balanço e data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes Demonstrações Financeiras

// AÇÕES PRÓPRIAS

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

// AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Para efeitos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, a VITRUS declara que, para o período em análise, não existiram negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

// PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A VITRUS está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pelo Administrador Executivo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Administrador Executivo identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

A VITRUS recorre ao crédito bancário para financiar a sua atividade, através de locações financeiras e contas correntes caucionadas.

Perspetivas Futuras



Continuaremos a orientar a nossa gestão com a **finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa**

Os objetivos estratégicos da **VITRUS** para o ciclo atual, em todos os níveis em que atua, continuarão a nortear-se pela qualidade do serviço prestado e pela consolidação do investimento. Estes fatores tornam a gestão sustentável de todo o trabalho que levamos à prática.

Em consonância com os objetivos gerais e linhas orientadoras pré-definidas, a gestão da **VITRUS** será sempre pautada e assente nos valores da empresa, sempre com a noção que o futuro será difícil, mas promissor, se implementarmos procedimentos organizativos de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência de toda nossa atuação.

Tentaremos, sempre que possível, dotar e colocar a empresa na “linha da frente” das soluções tecnológicas. Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e, ao mesmo tempo, tornarmos a nossa estrutura sempre atual e diferenciadora, em relação a outros.

Com um grande sentido de responsabilidade, que decorre do atual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que porventura se possam apresentar, pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas e maior eficácia.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão com a finalidade de dar mais escala e sustentabilidade à empresa, apostando na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores, para encararmos o futuro com elevado otimismo e confiança.

Proposta de aplicação resultados

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2024, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de **862.722,33 Euros** [oitocentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e dois euros e vinte e três cêntimos], da seguinte forma:

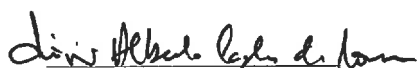
Reserva Legal [10%]**86.272,23 Euros**

Conforme art.º 295.º do CSC e n.º 2 do art.º 28.º dos Estatutos da empresa

Resultados Transitados**776.450,10 Euros**

Guimarães, 27 de março de 2025

O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Anexo ao relatório de gestão período de 2024

1. Nos termos do Artigo 447º, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a participação dos órgãos sociais de Administração e de Fiscalização no Capital Social é a seguinte:

Conselho de Administração

	Quantidade Nominal	Valor em €	% Capital
Sérgio Castro Rocha - Presidente	0	0	0
João Pedro Oliveira Martins Castro – Administrador Executivo	0	0	0
Maria José Teixeira Martins – Administradora Não Executiva	0	0	0
Total	0	0	0

Fiscal Único

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

Representado por:
Dra. Anabela Barbosa Dias

Suplente do Fiscal Único:
Dra. Fátima Cristina dos Santos Amorim Barroso Gonçalves

Os seus membros não possuem qualquer ação da sociedade.

38
2024

Demonstrações Financeiras



Balanço

Demonstração de resultados

Fluxos de caixa

Alterações de capital próprio

**Anexo às demonstrações financeiras
individuais em 31-12-2024**



1.

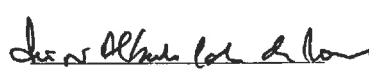
Balanço

Rubricas	Notas	31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	3 650 463,44	2 491 998,73
Ativos intangíveis	9	11 893,38	20 539,55
Outros investimentos financeiros	12.2	49 114,67	49 114,67
Subtotal		3 711 471,49	2 561 652,95
Ativo corrente			
Clientes	12.1	1 409 333,14	1 196 517,29
Estado e outros entes públicos	15.1	0,00	52 453,48
Outros créditos a receber	12.1	17 661,83	8 571,15
Diferimentos	15.2	147 782,52	34 523,08
Caixa e depósitos bancários	5	1 041 287,02	385 512,70
Subtotal		2 616 064,51	1 677 577,70
Total do Ativo		6 327 536,00	4 239 230,65
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15.3	255 343,00	255 343,00
Reservas legais	15.3	195 219,18	190 173,44
Outras Reservas	15.3	890 780,00	890 780,00
Resultados transitados	15.3	857 010,32	811 598,64
Outras variações no capital próprio	14	149 766,12	195 826,41
Subtotal		2 348 118,62	2 343 721,49
Resultado líquido do período		862 722,33	50 457,42
Total do Capital Próprio		3 210 840,95	2 394 178,91
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8/12.3	983 531,47	274 741,60
Subtotal		983 531,47	274 741,60
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	297 183,36	328 620,93
Estado e outros entes públicos	15.1	453 493,23	201 823,74
Financiamentos obtidos	8/12.3	418 516,22	271 233,19
Outras dívidas a pagar	12.1	963 970,77	768 632,28
Subtotal		2 133 163,58	1 570 310,14
Total Passivo		3 116 695,05	1 845 051,74
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		6 327 536,00	4 239 230,65

A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha


Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro

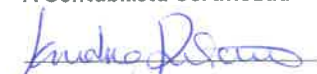

Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

2.

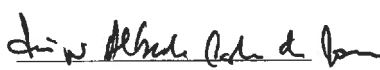
Demonstração de resultados por naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	9 676 316,43	7 823 261,43
Subsídios à exploração	15.6	81 467,45	6 674,94
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-2 686 540,57	-2 376 223,38
Gastos com pessoal	13	-5 386 112,31	-4 833 943,06
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	6	-184 510,64	-72 044,00
Outros rendimentos	15.5	558 270,52	487 284,92
Outros gastos	15.7	-322 649,81	-447 423,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 736 241,07	587 587,25
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-529 312,90	-476 815,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 206 928,17	110 772,05
Juros e gastos similares suportados	15.8	-35 287,09	-16 147,11
Resultado antes de impostos		1 171 641,08	94 624,94
Impostos sobre o rendimento do período	11	-308 918,75	-44 167,52
Resultado líquido do período		862 722,33	50 457,42

A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha


Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro

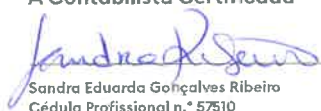

Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

3.

Demonstração de fluxos de caixa

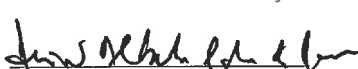
Rubricas	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		10 117 861,24	8 208 038,41
Pagamentos a fornecedores		-3 280 883,60	-2 383 226,24
Pagamentos ao pessoal		-4 099 370,92	-3 707 669,27
Caixa geradas pelas operações		2 737 606,72	2 117 142,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		17 959,48	-99 796,44
Outros recebimentos/pagamentos		-1 299 936,78	-1 293 055,80
Fluxos das atividades operacionais (1)		1 455 629,42	724 290,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-376 747,76	-358 623,43
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-6 136,57
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	1 305,87
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Fluxos das atividades de investimento (2)		-376 747,76	-363 454,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-387 863,30	-299 978,71
Juros e gastos similares		-35 244,04	-16 147,11
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-423 107,34	-316 125,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		655 774,32	44 710,71
Caixa e seus equivalentes no início do período		385 512,70	340 801,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	1 041 287,02	385 512,70

A Contabilista Certificada



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

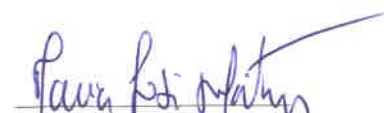
O Conselho de Administração



Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha



Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro



Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

4.

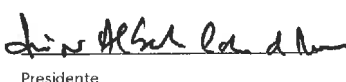
Demonstração das alterações do capital próprio nos períodos 2023 e 2024

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total CP
Posição 1 de Janeiro 2023		255 343,00	150 823,00	636 520,00	711 704,65	251 312,57	393 504,43	2 399 207,65
Alterações no período		0,00	39 350,44	254 260,00	99 893,99	-55 486,16	-393 504,43	-55 486,16
Out. alterações reconhecidas no CP		0,00	39 350,44	254 260,00	99 893,99	-55 486,16	-393 504,43	-55 486,16
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 457,42	50 457,42
Resultado integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-343 047,01	0,00
Op. c/detentores cap. período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 dezembro 2023	15.3	255 343,00	190 173,44	890 780,00	811 598,64	195 826,41	50 457,42	2 394 178,91
Posição 1 de Janeiro 2024		255 343,00	190 173,44	890 780,00	811 598,64	195 826,41	50 457,42	2 394 178,91
Alterações no período		0,00	5 045,74	0,00	45 411,68	-46 060,29	-50 457,42	-46 060,29
Out. alteraç. reconhec. no CP	15.3	0,00	5 045,74	0,00	45 411,68	-46 060,29	-50 457,42	-46 060,29
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	862 722,33	862 722,33
Resultado integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	812 264,91	0,00
Op. c/detentores cap. período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição 31 dezembro 2024	15.3	255 343,00	195 219,18	890 780,00	857 010,32	149 766,12	862 722,33	3 210 840,95

A Contabilista Certificada

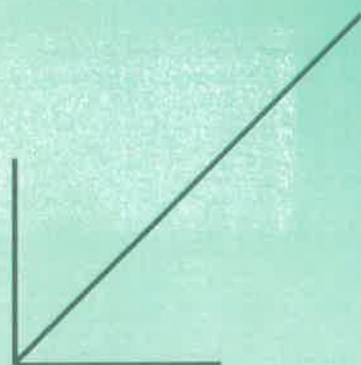

Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha

Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro

Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins



Anexo às demonstrações financeiras individuais em 31/12/2024

(montantes expressos em euros)

3
2.1
4
5

gratuito de acesso a informação



1.

Identificação da entidade

1.1 - Designação

Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A.

1.2 - Sede

Avenida Cónego Gaspar Estação, n.º 606, Oliveira do Castelo, 4810-266 Guimarães.

1.3 - Natureza da atividade e enquadramento jurídico-legal

A Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A., adiante designada por Vitrus, é uma empresa local de âmbito municipal, sob a forma jurídica de sociedade anónima, ao abrigo do novo regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi constituída por escritura pública outorgada no dia 8 de setembro de 2010, na Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães tendo iniciado sua atividade no dia 1 de outubro do mesmo ano.

A entidade tem por objeto social mediante delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães, as seguintes atividades de interesse geral:

1. Gestão de resíduos urbanos e limpeza pública:
 - Recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final;
 - Limpeza de instalações, espaços e vias públicas.
2. Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano:
 - Parques públicos;
 - Zona de estacionamento de duração limitada (ZEDL).
3. Serviço público de transporte rodoviário de passageiros flexível (TPF).

1.4 - Designação e sede da empresa-mãe

Câmara Municipal de Guimarães

Largo Cónego José Maria Gomes, Oliveira do Castelo, 4804-534, Guimarães.

2.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, do decreto-lei 36 A /2011 de 9 de março e do Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de Junho de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 julho, e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015, de 24 julho, e 218/2015, de 23 julho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todo o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.



3.

Adoção pela primeira vez das NCRF

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi sempre utilizado pela Vitrus, na elaboração de demonstrações financeiras completas, na medida que a empresa iniciou a sua atividade em finais de 2010.

4.

Principais políticas contabilísticas

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Vitrus, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

● ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Para as obras em “edifícios e em outras construções de propriedade alheia” as taxas de depreciação são calculadas com base no correspondente período de utilidade esperada.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas “Outros Rendimentos” ou “Outros Gastos”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

7
ATO
f.
S.

● ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Intangível	Vida útil Estimada
Programas de computador	6 anos
Programa antivírus	3 anos

● RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.




● IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “IRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, encontra-se sujeita a tributação, à taxa normal de 17% na parte da matéria coletável que não ultrapasse os 50 000 euros e à taxa de 21% na parte excedente, incrementada pela aplicação da Derrama á taxa máxima de 1,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações relativas aos anos de 2021 a 2024 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é apurado pelo lucro tributável, o qual se baseia no lucro do exercício e em algumas variações em rubricas do capital próprio. O lucro tributável difere ainda do resultado contabilístico uma vez que exclui diversos gastos e

rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios (diferenças temporárias). O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação, sendo mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato e a forma como as consequências fiscais se irão refletir.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a ativos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverte num futuro previsível. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

● INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de “Clientes” e “Outras créditos a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a entidade adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos de Capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não exista uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.



As ações próprias são contabilizadas pelo seu custo de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registrados no capital próprio, líquidos dos custos de transação, não afetando o resultado do período.

●— SUBSÍDIOS

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que a empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar a empresa por investimentos efetuados em ativos imobilizados são incluídos na rubrica outras variações nos capitais próprios, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

●— LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através

deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no Ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de Financiamentos obtidos, e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam. As locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador sendo a empresa locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração dos resultados durante o período da locação.

●— PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.



Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.”

● IMPARIDADES DE ATIVOS

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é

a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em

●— EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

●— PERIODIZAÇÕES

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registrados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

●— BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração da Vitrus. São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, os gastos com seguros de acidentes de trabalho e outros gastos de ação social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um

passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão da empresa, quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período que cessam.

4.2 - Outras Políticas contabilísticas relevantes

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

4.3 - Juízos de valor, executando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.



Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido, a Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano contabilístico seguinte.

Não foram identificadas pelo Órgão de Gestão da Empresa situações que coloquem em causa a sua continuidade, deste modo as Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

5.

Fluxos de caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Conta	2024	2023
Caixa	11	65 590,32	57 108,58
Depósitos à ordem	12	975 696,70	328 404,12
Totais meios financeiros líquidos		1 041 287,02	385 512,70

6.

Partes Relacionadas

I) Relacionamentos com a empresa-mãe

Empresa-mãe: CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES.

a) Remunerações do pessoal chave da gestão:

Remuneração do conselho de administração: apenas o administrador executivo auferiu por parte da Vitrus remuneração mensal bruta no valor de 3.113,72 euros, à qual é deduzida a taxa remuneratória de 5% por se tratar de um gestor público no valor de 155,69€ e acrescida de despesas de representação no valor de 622,74 euros.

b) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas:

i) Natureza do relacionamento - empresa mãe: foi celebrado um contrato de gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus, o qual rege o relacionamento entre as partes no âmbito da prestação dos serviços de interesse geral, cuja atividade assegura a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos onde se incluem os

serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, a limpeza pública e manutenção dos parques infantis, a recolha de resíduos urbanos e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

ii) Transações: a Vitrus prestou serviços de recolha de resíduos urbanos, serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, limpeza pública e manutenção dos parques infantis, e promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, e recentemente, o serviço público de transporte rodoviário de passageiros flexível (TPF), durante o ano de 2024, à Câmara Municipal de Guimarães.

iii) Saldos pendentes (valores com IVA): a rubrica do balanço "clientes" apresenta um saldo devedor no valor de 1.409.333,14€ (em 2023: 1.196.517,29€) dos quais 337.786,94€ (em 2023: 277.530,12€), dizem respeito ao Município, referentes aos serviços de abate de árvores, limpeza pública, manutenção dos equipamentos dos parques infantis e espaços verdes dos recintos escolares, e pelo serviço público de transporte rodoviário de passageiros flexível (TPF). A rubrica do balanço "fornecedores" apresenta um saldo credor de 297.183,36€ (em 2023: 328.620,93€) dos quais 70.725,00€ (em 2023: 113.324,91€) correspondem ao Município.



iv) Em 2024 o volume total de transações (valores com IVA) com o Município de Guimarães foi de 2.406.195,18€ (em 2023: 2.029.245,30€) na ótica de nosso cliente e de 627.939,39€ (em 2023: 632.332,07€) enquanto nosso fornecedor, sendo que 171.661,44€ correspondem à taxa de gestão de resíduos.

II) Relacionamentos com a empresa VIMÁGUA – EIM, SA. – empresa do grupo Município de Guimarães.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

De modo a aproveitar a base de dados dos municípios de Guimarães, a Vimágua fatura e recebe em nome da Vitrus os contratos com tarifa de recolha de resíduos afetos à Vitrus. Em 2024, a Vimágua faturou em nome da Vitrus 6.559.127,01€ (em 2023: 5.025.328,98€) e transferiu-lhe 6.224.419,28€ (em 2023: 4.852.323,72€), sendo que se criou imparidades no valor de 203.894,26€ e reverteu-se 19.383,62€. O saldo pendente em 31 de dezembro é de 1.031.664,43€ (em 2023: 881.467,34€), valores não sujeitos a IVA, art.º 2 n.º 2 do CIVA.

Em contrapartida a Vimágua faturou esse serviço de faturação à Vitrus no valor de 115.453,00€ (em 2023: 86.326,11€), tendo sido integralmente pago pela Vitrus (valores com IVA). O saldo pendente no valor de 1.148,57€ refere-se a consumos de água pela Vitrus.

III) Relacionamentos com a empresa RESINORTE - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS, SA.

a) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

Em 2024, a Vitrus continuou com o acordo de parceria com a Resinorte, celebrado em 2020, ao abrigo da implementação do sistema *Pay-As-You-Throw* – PAYT – na zona histórica do Centro Histórico de Guimarães e na zona envolvente ao Centro Histórico. No âmbito desse protocolo são estabelecidas parcerias para a promoção de atividades de sensibilização no domínio do ambiente, com especial ênfase na promoção da redução, separação e reutilização dos resíduos. A Vitrus passou a efetuar a recolha e o transporte de resíduos no âmbito PAYT, de acordo as orientações técnicas dadas pela Resinorte.

Nesse sentido a Vitrus faturou à Resinorte a quantia de 99.608,33€ (em 2023: 98.268,26€), valores não sujeitos a IVA, estando pendente 26.330,84€ (em 2023: 25.442,38€), à data de 31 de dezembro de 2024.

Ativos fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2023	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31-12-2024
Ativos fixos tangíveis						
Terreno e recursos naturais	101 935,00	0,00				101 935,00
Edifícios e outras construções	448 347,43	0,00				448 347,43
Equipamento básico	2 455 666,60	87 149,69				2 542 816,29
Equipamento de transporte	2 072 138,17	1 437 775,07				3 509 913,24
Equipamento administrativo	209 843,01	14 828,76				224 671,77
Outros ativos fixos tangíveis	39 925,64	36 618,78				76 544,42
AFT em curso	18 132,96	102 759,14				120 892,10
Ativo fixo tangível bruto	5 345 988,81	1 679 131,44	0,00	0,00	0,00	7 025 120,25
Depreciações	2 853 990,08	520 666,73				3 374 656,81
Depreciações acumuladas	2 853 990,08	520 666,73	0,00	0,00		3 374 656,81
Ativo tangível líquido	2 491 998,73	1 158 464,71	0,00	0,00	0,00	3 650 463,44

Descrição	31-12-2022	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31-12-2023
Ativos fixos tangíveis						
Terreno e recursos naturais	101 935,00	0,00				101 935,00
Edifícios e outras construções	448 347,43	0,00				448 347,43
Equipamento básico	2 151 951,57	303 715,03				2 455 666,60
Equipamento de transporte	1 506 204,26	565 933,91				2 072 138,17
Equipamento administrativo	185 573,09	24 269,92				209 843,01
Outros ativos fixos tangíveis	35 592,83	4 332,81				39 925,64
AFT em curso	12 954,90	5 178,06				18 132,96
Ativo fixo tangível bruto	4 442 559,08	903 429,73	0,00	0,00	0,00	5 345 988,81
Depreciações	2 385 900,39	468 089,69				2 853 990,08
Depreciações acumuladas	2 385 900,39	468 089,69	0,00	0,00	0,00	2 853 990,08
Ativo tangível líquido	2 056 658,69	435 340,04	0,00	0,00	0,00	2 491 998,73




8.

Locações

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada ativo:
- A depreciação dos bens em locação financeira incide sobre o valor de aquisição.

Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AJ-49-UO)	217 414,80	68 848,02	148 566,78
25 parquímetros	112 250,00	28 062,50	84 187,50
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AV-32-SV)	232 322,40	44 528,46	187 793,94
5 viaturas ligeiras de mercadoria	87 703,95	21 012,40	66 691,55
2 viaturas ligeiras de passageiros bi-fuel	29 089,89	4 242,27	24 847,62
Viatura pesada merc.12 ton. Volvo (AN-50-LT)	151 228,50	16 383,09	134 845,41
3 viaturas ligeiras de passageiros Dacia Duster	71 108,55	8 147,85	62 960,70
Reboque BR-11914	21 357,00	2 966,25	18 390,75
Viatura pesada merc.11 ton.Isuzu (BD-86-EN)	160 336,65	10 689,11	149 647,54
Viatura pesada passageiro Karsan (BL-42-RI)	330 378,00	9 832,68	320 545,32
Viatura pesada passageiro Karsan (BL-58-OP)	330 378,00	9 832,68	320 545,32
Viatura pesada passageiro Karsan (BL-97-OL)	330 378,00	9 832,68	320 545,32
Total	2 073 945,74	234 377,99	1 839 567,75



- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2025	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100134796	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CMOB/100144081	38 706,47	0,00	0,00	38 706,47
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100143953	79 894,95	6 800,15	0,00	86 695,10
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100143954	30 179,45	2 520,45	0,00	32 699,90
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151169	9 759,51	8 349,58	0,00	18 109,09
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151249	50 364,23	47 985,11	0,00	98 349,34
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151191	23 163,67	27 239,64	0	50 403,31
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151095	7 057,21	8 568,28	0,00	15 625,49
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151479	52 738,05	73 035,13	0,00	125 773,18
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100154744	42 217,56	238 581,52	31 096,19	311 895,27
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100154746	42 217,56	238 581,52	31 096,19	311 895,27
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100154749	42 217,56	238 581,52	31 096,19	311 895,27
Total das locações financeiras	418 516,22	890 242,90	93 288,57	1 402 047,69

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data de 31/12/2023, para cada ativo:

Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AJ-49-UO)	217 414,80	47 106,54	170 308,26
25 parquímetros	112 250,00	14 031,25	98 218,75
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AV-32-SV)	232 322,40	21 296,22	211 026,18
5 viaturas ligeiras de mercadoria	87 703,95	10 049,40	77 654,55
2 viaturas ligeiras de passageiros bi-fuel	29 089,89	606,03	28 483,86
Viatura pesada merc.12 ton. Volvo (AN-50-LT)	151 228,50	1 260,24	149 968,26
Total	830 009,54	94 349,68	735 659,86

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31/12/2023, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2024	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100134796	70 822,42	0,00	0,00	70 822,42
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CMOB/100144081	37 144,39	38 723,22	0,00	75 867,61
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100143953	76 675,81	86 730,27	0,00	163 406,08
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100143954	28 943,16	32 733,45	0,00	61 676,61
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151169	9 300,15	18 139,35	0,00	27 439,50
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Contrato n.º CAUTO/100151249	48 347,26	98 415,31	0,00	146 762,57
Total das locações financeiras	271 233,19	274 741,60	0,00	545 974,79

9.

Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.
- As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2023	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31-12-2024
Ativos intangíveis						
Programas de computador	89 738,48	0,00	0,00	0,00	0,00	89 738,48
AI em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	89 738,48	0,00	0,00	0,00	0,00	89 738,48
Amortizações	69 198,93	8 646,17	0,00	0,00	0,00	77 845,10
Amortizações acumuladas	69 198,93	8 646,17	0,00	0,00	0,00	77 845,10
Ativo intangível líquido	20 539,55	-8 646,17	0,00	0,00	0,00	11 893,38

Descrição	31-12-2022	Adições	Revaloriz.	Abate	Transfer.	31-12-2023
Ativos intangíveis						
Programas de computador	89 738,48	0,00	0,00	0,00	0,00	89 738,48
AI em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo fixo tangível bruto	89 738,48	0,00	0,00	0,00	0,00	89 738,48
Amortizações	60 473,42	8 725,51	0,00	0,00	0,00	69 198,93
Amortizações acumuladas	60 473,42	8 725,51	0,00	0,00	0,00	69 198,93
Ativo intangível líquido	29 265,06	-8 725,51	0,00	0,00	0,00	20 539,55



10.

Rédito

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Descrição	2024	2023
Prestações de serviços		
Higiene urbana	7 583 448,42	6 019 415,38
Limpeza edifícios públicos	958 253,80	828 914,91
Recolha de parques de estacionamento	399 173,36	381 986,17
Recolha de parómetros	571 480,86	515 929,97
Limpeza e manutenção dos equipamentos infantis	163 959,99	77 015,00
Total	9 676 316,43	7 823 261,43

11.

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo pode ser detalhado como segue:

Descrição	2024	2023
Resultado antes imposto	1 171 641,08	94 624,94
Resultado antes imposto sujeito	1 171 641,08	94 624,94
Taxa imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre rendimento*	308 918,75	44 167,52

*Inclui tributação autónoma

12.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

12.1 - Fornecedores/clientes/outros créditos a receber e dívidas a pagar/pessoal

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de fornecedores/clientes/outros créditos a receber e dívidas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2024			31-12-2023		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidades acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidades acumuladas	Total
Ativo						
Clientes	1 665 887,78	256 554,64	1 409 333,14	1 268 561,29	72 044,00	1 196 517,29
Outros créditos a receber	17 661,83	0,00	17 661,83	8 571,15	0,00	8 571,15
Total do ativo	1 683 549,61	256 554,64	1 426 994,97	1 277 132,44	72 044,00	1 205 088,44
Passivo						
Fornecedores	297 183,36	0,00	297 183,36	328 620,93	0,00	328 620,93
Outras dívidas a pagar	963 970,77	0,00	963 970,77	768 632,28	0,00	768 632,28
Total passivo	1 261 154,13	0,00	1 261 154,13	1 097 253,21	0,00	1 097 253,21
Total líquido	422 395,48	256 554,64	165 840,84	179 879,23	72 044,00	107 835,23

As Outras dívidas a pagar englobam essencialmente as seguintes rubricas:

- Fornecedores de investimento no valor de 67.493,47€ (em 2023: 3.418,61€);
- Credores por acréscimos de gastos no valor de 838.748,83€ (em 2023: 695.468,05€);
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – imposto associado – no valor de 43.480,23€ (em 2023: 56.852,57€).

12.2 – Outros investimentos financeiros

Trata-se das contribuições mensais, iniciadas no ano de 2014, para os fundos de compensação do trabalho (FCT), associados a colaboradores da Vitrus abrangidos.

Em 31 de dezembro de 2024, os FCT apresentavam o valor de 49.114,67€, ou seja, o mesmo que em finais de 2023



12.3 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	31-12-2024			31-12-2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Passivos						
Locações financeiras	418 516,22	983 531,47	1 402 047,69	271 233,19	274 741,60	545 974,79
Total	418 516,22	983 531,47	1 402 047,69	271 233,19	274 741,60	545 974,79

13.

Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	2024	2023
Remuneração do membro do órgão social	49 160,91	48 305,33
Encargos s/ remun. do membro do órgão social	11 350,79	11 069,83
Remunerações do pessoal	4 014 078,88	3 670 335,51
Encargos sobre remunerações	860 061,04	761 449,46
Indemnizações	3 969,42	260,53
Acréscimos remunerações a liquidar	88 587,78	134 974,83
Seguros de acidentes trabalho	222 258,12	130 205,61
Outros gastos	136 645,37	77 341,96
Total	5 386 112,31	4 833 943,06

A rubrica «outros gastos pessoal» inclui maioritariamente gastos com indumentária.

O número médio de empregados durante o período de 2024 foi de 253.

A 31 de dezembro de 2024 o número de colaboradores era de 260, por comparação dos 248 em 31 de dezembro de 2023.

14.

Apoios

Os subsídios do governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 – Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos ativos subsidiados na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Rubricas

Outras variações no capital próprio Subsídio ao investimento	Saldo final (31-12-2023)	Movimento débito	Movimento crédito	Saldo Final (31-12-2024)
Subsídio atribuído (conta 5931)	252 678,98	-59 432,63	0,00	193 246,35
Ajustamentos em subsídio (conta 5932)	-56 852,57	0,00	13 372,34	-43 480,23
Total (conta 59)	195 826,41	-59 432,63	13 372,34	149 766,12

Rubricas

Outras variações no capital próprio Subsídio ao investimento	Saldo final (31-12-2023)	Movimento débito	Movimento crédito	Saldo Final (31-12-2024)
Subsídio atribuído (conta 5931)	324 274,04	-71 595,06	0,00	252 678,98
Ajustamentos em subsídio (conta 5932)	-72 961,47	0,00	16 108,90	-56 852,57
Total (conta 59)	251 312,57	-71 595,06	16 108,90	195 826,41

A Operação “Implementação do Sistema Pay-as-You-Throw – PAYT na Zona Envolvente ao Centro Histórico de Guimarães” dá continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido e alargar a área de abrangência do Projeto PAYT em Guimarães.

O projeto tem demonstrado boa receptividade e esperam-se resultados muito positivos, em conformidade com as metas estabelecidas ao incrementar a recolha seletiva de resíduos e ao desincentivar à produção de resíduos indiferenciados, por aplicação do princípio poluidor-pagador.

15.

Outras informações

15.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de «estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2024			31-12-2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
IRC a recuperar	0,00	0,00	0,00	52 453,48	0,00	52 453,48
IVA a recuperar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	52 453,48	0,00	52 453,48
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	274 424,75	0,00	274 424,75	0,00	0,00	0,00
Retenção de imposto sobre o rendimento	16 528,06	0,00	16 528,06	41 092,07	0,00	41 092,07
IVA a pagar	68 499,70	0,00	68 499,70	75 024,83	0,00	75 024,83
Contribuições segurança social	94 040,72	0,00	94 040,72	83 348,91	0,00	83 348,91
Outras tributações (fundos compensação)	0,00	0,00	0,00	2 357,93	0,00	2 357,93
Total	453 493,23	0,00	453 493,23	201 823,74	0,00	201 823,74

15.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2024			31-12-2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	115 422,76	0,00	115 422,76	27 068,71	0,00	27 068,71
Rendas	1 807,37	0,00	1 807,37	1 768,98	0,00	1 768,98
Outros	30 552,39	0,00	30 552,39	5 685,39	0,00	5 685,39
Total	147 782,52	0,00	147 782,52	34 523,08	0,00	34 523,08

15.3 – Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2024	31-12-2023
Capital próprio		
Capital subscrito	255 343,00	255 343,00
Reservas Legais	195 219,18	190 173,44
Reservas Especiais para Investimento	890 780,00	890 780,00
Resultados transitados	857 010,32	811 598,64
Outras variações no capital próprio	149 766,12	195 826,41
Resultado líquido do período	862 722,33	50 457,42
Total	3 210 840,95	2 394 178,91


**15.4 – Fornecimentos e Serviços Externos**

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos	2024	2023
Serviços especializados	863 209,13	728 175,04
Trabalhos Especializados	283 840,63	120 151,90
Honorários	19 816,31	33 319,19
Conservação e reparação	508 577,60	526 269,27
Outros	50 974,59	48 434,68
Materiais	225 613,27	159 243,30
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	198 071,03	129 416,97
Outros	27 542,24	29 826,33
Energia e fluidos	752 688,58	685 002,08
Combustíveis	664 918,20	636 536,66
Outros	87 770,38	48 465,42
Deslocações, estadas e transportes	20 252,29	14 142,48
Deslocações e estadas	20 252,29	14 142,48
Serviços diversos	824 777,30	789 660,48
Rendas e alugueres	389 664,21	455 751,68
Comunicação	131 444,78	84 616,73
Outros	303 668,31	249 292,07
Total	2 686 540,57	2 376 223,38



15.5 - OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica “outros rendimentos” contempla fundamentalmente as taxas pagas pelos municípios aquando incumprimento na utilização do estacionamento público de duração limitada onde existem parcometros, sendo o valor de 209.774,24€ (em 2023: 219.974,20€).

A Vitrus recebeu em contraordenações (trami-tação dos avisos de pagamento prévio) 265.102,50€ (em 2023: 166.539,88€).

Também abrange a imputação de subsídios para o investimento que ascende a quantia de 59.432,63€ (em 2023: 71.595,06€), entre outras rubricas de valor residual (que totalizam o valor de 23.961,15€ (em 2023: 29.175,78€).

15.6 - SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os “subsídios à exploração”, no valor de 5.969,06€ (em 2023: 6.674,94€), dizem respeito a recebimentos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito de Estágios Profissionais de Emprego e de contratos de emprego inserção.

Na segunda semana de outubro de 2024, a Vitrus iniciou o serviço público de transporte rodoviário de passageiros flexível (TPF), à luz do contrato programa celebrado com o Município de Guimarães, tendo sido subsidiada por este, em 75.498,39€.

15.7 - OUTROS GASTOS

A rubrica “outros gastos” incorpora fundamentalmente, a devolução ao Município de Guimarães da taxa de gestão de resíduos (TGR) no valor de 280.514,84€ (em 2023: 382.291,76€),

as devoluções à Direção Geral do Tesouro (DGT) e à Autoridade Nacional Segurança Rodoviária (ANSR) das comparticipações, a que têm direito, relativas às contraordenações, no valor de 21.019,50€ (em 2023 foi de 35.044,50€), dos impostos indiretos no valor de 10.449,40€ (em 2023 foi de 6.755,26€), indemnizações pagas por danos causados a terceiros no valor de 1.225,48€ (em 2023 foi de 14.505,39€), entre outras rubricas residuais que totalizam o valor de 9.440,59€ (em 2023: 5.051,82€).

15.8 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPO-RTADOS

Os “juros e gastos similares suportados” apre-sentam um total no valor de 35.287,09€, (em 2023: 16.147,11€), associado aos contratos de locações financeiras.

15.9 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESUL-TADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2024, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de 862.722,33 euros (oitocentos e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e dois euros e trinta e três cêntimos), da seguinte forma:

- 10% para reserva legal no valor de 86.272,23 euros;
- o remanescente 776.450,10 euros para resul-tados transitados.

16.

Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de março de 2025. No entanto os acionistas poderão, em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações.

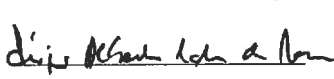
Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Guimarães, 27 de março de 2025

A Contabilista Certificada


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro
Cédula Profissional n.º 57510

O Conselho de Administração


Presidente
Sérgio Alberto Castro da Rocha


Administrador Executivo
João Pedro O. Martins Castro


Administradora Não Executiva
Maria José Teixeira Martins

17.

Divulgações exigidas por diplomas legais

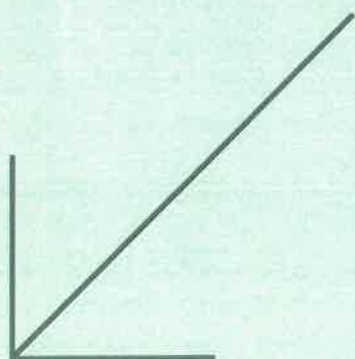
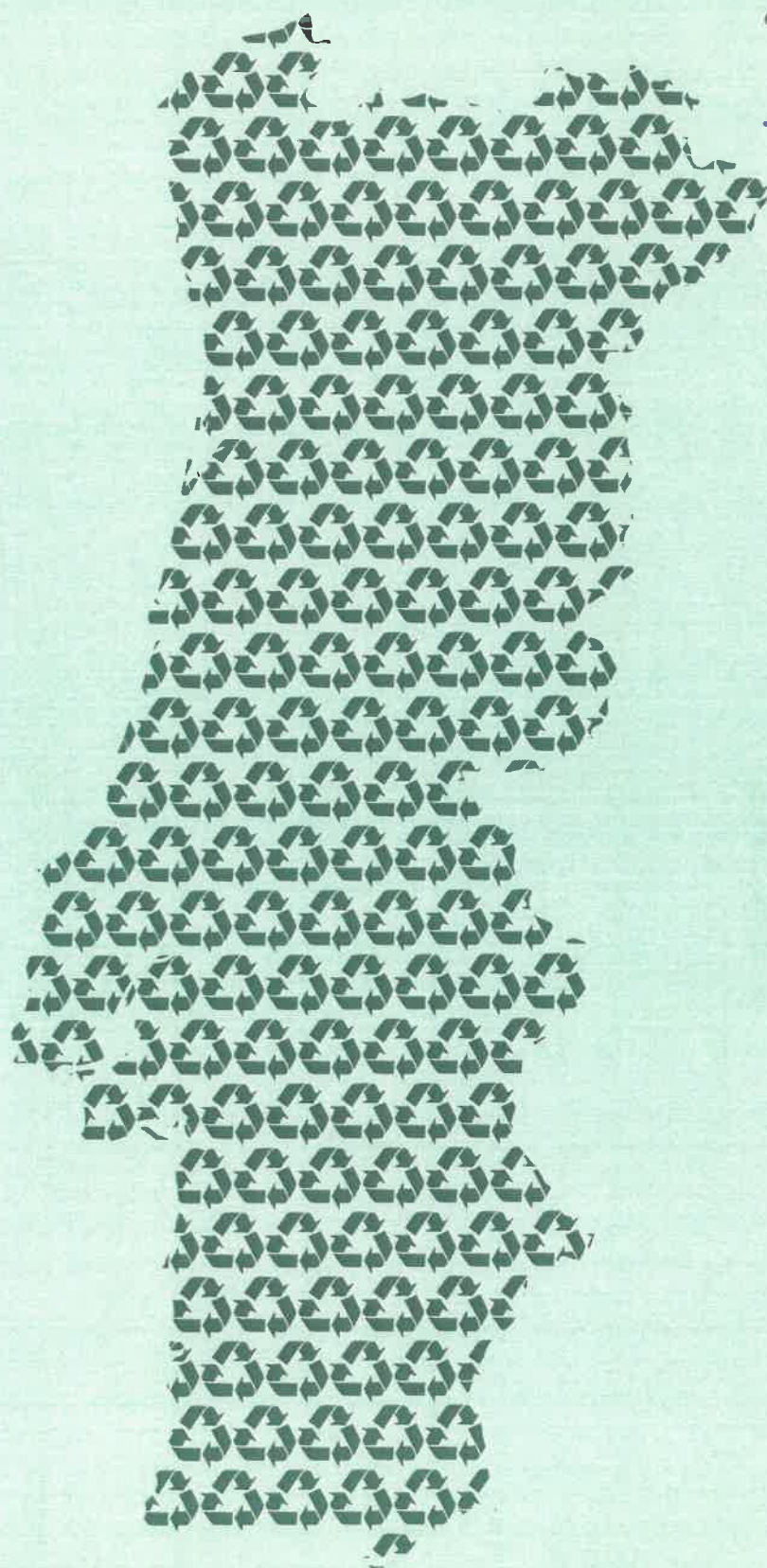
Os honorários de revisão legal de contas faturados, durante o exercício de 2024, pela sociedade de Revisores G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda., ascenderam a 4.800 euros, aos quais acresce IVA à taxa legal.

Em obediência ao disposto no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a entidade não é devedora em mora à Segurança Social, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024, de responsabilidades cujo pagamento se efetuou nos prazos legais.

A sociedade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.

4
2010
1.1



Anexos

Certificação Legal de Contas
Relatório e Parecer do Fiscal Único



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 6 237 536 euros e um total de capital próprio de 3 210 841 euros, incluindo um resultado líquido de 862 722 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM SROC, LDA

- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 28 de março de 2025

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278; CMVM 20160889)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos, na qualidade de Fiscal Único da sociedade **VITRUS AMBIENTE, EM, S.A.** apresentar o nosso parecer sobre o Relatório e demais documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. Atendendo ao contexto descrito, no exercício das nossas funções:

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade através do contacto mantido com o Conselho de Administração e os departamentos Financeiro e de Contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- b) Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- c) Procedemos a verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliámos a eficácia do sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- d) Examinámos as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da sociedade, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados.

2. Tendo em consideração as verificações, fiscalizações e diligências executadas, bem como os documentos de prestação de contas da sociedade e a Certificação Legal das Contas por nós emitida, sem reservas nem ênfases, (a qual anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer), **concluímos que:**

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira.
- os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

e somos de parecer que a Assembleia Geral deve:

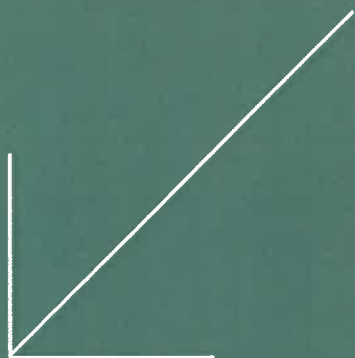
- Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024;
- Aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;
- Proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da sociedade, nos termos previstos no artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais.

Braga, 28 de março de 2025

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.
(SROC 153, CMVM 20161463)
Representada por

Anabela Barbosa Dias (ROC 1278, CMVM 20160889)

M. G. S.
I. S.
S. S.



Relatório e Contas 2024



Vitrus Ambiente EM SA

Av. Cónego Gaspar Estação N° 606 Oliveira do Castelo - 4810-266 Guimarães
geral@vitrusambiente.pt - vitrusambiente.pt



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



NÚMERO VERDE
800 209 565
CHAMADA GRÁTIS